

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Maria Cristina Vianna Goulart¹

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho²

Suely Aires Pontes³

Eixo temático 6: Ensino Superior no Brasil

RESUMO

Diante da violência presente na sociedade contemporânea, e conseqüentemente, na Universidade, é preciso identificar os fatores contemporâneos que indicam a sua presença na relação entre discentes, docentes e instituição, e encontrar formas para enfrentá-la na universidade pública, para além das atuais propostas de políticas afirmativas. As novas relações de consumo do sujeito com seus objetos tem como efeito uma resposta direta, que é conseqüentemente a resposta violenta, muitas vezes. A psicanálise propõe uma reflexão para mediar estas relações, pela via da responsabilização em detrimento da vitimização. O indivíduo, ao responsabilizar-se pelas suas ações, nas relações, mantém a sua condição de sujeito.

Palavras-chave: universidade pública; relação professor-aluno, violência.

ABSTRACT

In the face of this violence in contemporary society, and consequently, at the University, you need to identify contemporary factors that indicate their presence in the relationship between students, faculty and institution, and find ways to face it in the public University, in addition to the current proposed affirmative policies. The new consumer relations of the subject with its objects has the effect of a direct response, which is consequently the violent response, many times. Psychoanalysis proposes a reflection to mediate these relations through accountability to the detriment of victimization. The individual to take responsibility for his actions, in relationships, keeps his condition of subject.

Keywords: public University; teacher-student relationships, violence.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um projeto de mestrado em andamento no programa de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, na UFBA, que tem como título original *A Violência nas relações entre os egressos do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFBA, docentes e instituição universitária*. A questão que direciona esta pesquisa é reconhecer a presença violência nas relações discentes, docentes e instituição universitária, uma vez que esta está presente explicitamente na sociedade. Portanto, tem como objetivo de discutir e identificar, as possíveis situações desencadeadoras de violência nas relações entre discentes (egressos dos Bis em Saúde), docentes e a UFBA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, baseada no procedimento de Estudo de Caso. Os dados estão sendo coletados com entrevistas semiestruturadas (LAVILLE & DIONNE, 1999), na busca de uma maior compreensão sobre as experiências e dificuldades enfrentadas pelos discentes, docentes e a relação destes com a Universidade.

O artigo propõe abordar as contribuições teóricas pesquisadas até o momento através de uma revisão de literatura do tema em questão, discutindo a presença da violência na sociedade, a violência estrutural e simbólica e a perspectiva da Psicanálise sobre o tema. Para finalizar, são levantadas algumas questões sobre as possíveis formas de violência que permeiam as relações entre alunos, professores e a instituição de ensino superior, que nortearão a discussão dos dados desta pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

Universidade e Violência

A Universidade, enquanto instituição de ensino superior, não pode ser pensada fora das implicações das atuais transformações políticas, econômicas, tecnológicas e culturais. Os efeitos destas transformações denominadas sociais refletem inevitavelmente nas Universidades como um todo. As relações na Universidade também são permeadas pelas transformações sociais e sofre seus efeitos. Como exemplo, podemos citar o caso de um estudante de enfermagem atacou violentamente uma professora, após ser informado de sua reprovação, chegando a quebrar-lhe os dois braços e também alguns dentes. Foi preso e julgado, sendo condenado a dez anos e seis meses de prisão no Rio Grande do Sul por agredir a professora com cadeiradas e socos. (FOLHA DE S. PAULO, 2011).

Não são apenas os alunos que são autores dessas situações. Na noite do dia 16 de março de 2011, na Escola de Teatro da UFBA, no Canela, o jovem Eduardo Nunes, 27, foi agredido verbalmente e fisicamente pelo professor alemão (aposentado) Edward Hackler. Segundo o estudante, que também é coordenador geral do Diretório Acadêmico da Escola (DA), o caso aconteceu durante a realização da calourada preparada pelos alunos veteranos. O jovem agredido prestou queixa na 1ª Delegacia Civil, nos Barris, e denunciou o professor Edward Hackler por agressão moral e física. (CORREIO NAGO, 2011)

Para ilustrar um exemplo de violência nas relações entre discentes e a Universidade, relatarei um caso ocorrido na UFBA, em 2011. Como supervisora clínica do Programa de Residência em Psicologia Clínica e Saúde Mental da SESAB/UFBA/HJM de Salvador, tive conhecimento de uma situação muito peculiar de um universitário da UFBA, quando este frequentou um determinado Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da capital. O jovem baiano nasceu e cresceu numa zona rural do Estado. Com acesso a cotas, ingressou na UFBA e veio para Salvador. Não tinha onde morar. Buscou uma vaga na Residência Universitária, no Corredor da Vitória. Sua condição econômica era bastante limitada. Seu deslocamento para a Universidade, todos os dias, era a pé. Nesse percurso, foi atropelado. Passou a andar de muletas, pois sua perna foi quebrada. Assim não podia mais ir a pé para a Universidade. Solicitou da instituição universitária apoio financeiro para viabilizar sua situação. Sucessivas negativas ocorreram. Revoltou-se com a situação, invadiu a reitoria e agrediu o vice-reitor, deferindo-lhe um soco no rosto.

Devemos considerar que atos físicos e/ou verbais, não ocorrem sem antecedentes nas relações. Assim o que estaria acontecendo nas instituições de ensino superior entre os discentes e docentes?

No que se refere às Universidades Públicas, não se encontra notícias publicadas sobre atos agressivos de discentes contra os docentes, como encontramos nas universidades e faculdades privadas. Mas não podemos supor que estes não ocorram uma vez que a universidade pública também está inserida dentro da sociedade. É preciso que a universidade pública esteja preparada para lidar com este contingente de situações e oferecer respostas compatíveis de prevenção e resolução dos conflitos e violência universitário (4).

Segundo Almeida Filho (2012), “o campus é um campo”, portanto o campus é também um campo de pesquisa. Isto quer dizer que a vida estudantil deve tornar-se um objeto de estudo, que configure sujeitos e que necessita de um espaço concreto para sua realização. Isto requer identificar os contextos de construção dos temas de investigação, configuração em objeto e a própria elaboração da construção social específica manifesta na pesquisa sobre a Universidade, sobre seus habitantes, sobre o quê e quem configura esta tribo e, principalmente, seus espaços na universidade.

Isto implica em reconhecer que são múltiplos os contextos no campo institucional da formação de conhecimento: contextos plurais, múltiplos, de produção intelectual e social. Conforme ressaltou Almeida Filho “reconhecemos ainda um contexto social na medida em que podemos citar que a universidade se encontra na sociedade, a universidade faz parte da sociedade, e universidade, de alguma forma, reproduz ou participa do processo de reprodução social” (ALMEIDA FILHO, 2012, p.62). Nessa direção necessitamos compreender o contexto social mais amplo, para compreender a história da instituição universitária, como base para analisar sua inserção atual, seus compromissos, sua missão. Para completar, o contexto político faz parte da vida humana e não se pode pensar a vida social sem a política.

Vida Contemporânea e juventude universitária

Contextualizando a prevalência da violência na contemporaneidade vejamos um comentário publicado em 1986 que, de certo modo, permanece atual:

Todos sabemos que a violência tornou-se o fermento da inquietação cotidiana. Num recente estudo sobre a questão, Eduvaldo Daniel buscou traçar um perfil da violência urbana no Brasil. O resultado é espantoso: “violência contra a pessoa; violência no trabalho; violência no trânsito; violência da escola e da cultura; violência das discriminações; violência nos esportes; violência nos serviços de saúde; violência policial; violência contra o patrimônio”. A listagem poderia prosseguir, obrigando-nos a constatar que a violência invadiu todas as áreas da vida de relação do indivíduo: relação com o mundo das coisas, com o mundo das pessoas, com seu corpo e sua mente (COSTA, 1986, p. 9).

São diversas e, com frequência, contraditórias, as tentativas de apreender a violência tal como ela emerge na sociedade a partir da segunda metade do século XX. Ao adentrarmos no século XXI, encontramos vários autores estudando os novos paradigmas deste século e, entre estes, temos a sociedade do espetáculo proposto por Guy Debord, a hipermodernidade proposta por Lipovetsky, os amores e a sociedade líquidos para Bauman, a relação tempo e espaço por Giddens e David Harvey.

Não há como negar que a vida nos últimos 40 anos mudou significativamente. As transformações econômicas, sociais e culturais modificaram as relações entre o Estado, a sociedade e o indivíduo, tornando-as mais democrática. Isso não representou que os problemas em geral tenham sido resolvidos ou desaparecidos, mas que vivemos uma “nova” sociedade, outra realidade e também uma nova relação com o conhecimento e a produção do saber.

Como escreve Boaventura Santos (2012, p.8), “we face modern problems for which there are no modern solutions”. Não podemos continuar nessa mesma lógica, especificamente quando falamos de educação superior. É preciso ressignificar as formas de pensar as dificuldades na universidade, na contemporaneidade. As reformas que vêm ocorrendo nas Universidades precisam ser discutidas, considerando também os efeitos da transnacionalidade.

É possível perceber que ser jovem na contemporaneidade é diferente que na década de 60. Os parâmetros de exigência são mais sofisticados, mesmo com a democratização das relações dos jovens com as instituições de ensino. Conforme Harvey (2009), as mudanças e acelerações contemporâneas trouxeram múltiplas consequências para as maneiras pós-modernas de pensar, sentir e agir. Ressalta os seguintes aspectos:

a) o acento na volatilidade e efemeridade seja de ideias, valores, trabalho, produtos, ideologia, moda, técnicas de produção; b) a instantaneidade nos alimentos, nas refeições; c) a descartabilidade nos estilos de vida, nos relacionamentos, nos guardanapos, copos, pratos; d) o bloqueio dos estímulos sensoriais; e) a negação e o cultivo da atitude blasé; f) a

especialização quase cega; g) a dificuldade em planejamento de longo prazo; h) a manipulação do gosto e da opinião.

Nesse processo, Milton Santos (2001) nos aponta para a necessidade compreender o funcionamento atual da economia global, interligada com a produção de informação, com a publicidade, a violência, a competitividade e a transformação na noção de tempo-espaço. A concorrência que existia anteriormente, nas relações sociais, foi substituída pela competitividade desleal. A guerra é a regra desse novo modo de convivência entre as pessoas, eliminando toda forma de compaixão e impelindo o indivíduo, a todo custo, a vencer o outro, pressionando-o para tomar o seu lugar. O autor ressalta, com base nesse processo, o individualismo arrebatador que constituiu o outro em uma coisa, a perda de influência da filosofia na formulação das ciências sociais em geral, o abandono da solidariedade, da educação e o aumento do desemprego, gerando uma violência estrutural (SANTOS 2001).

Violência estrutural

“O conceito de violência estrutural oferece um marco à violência do comportamento, se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as mais vulneráveis ao sofrimento e à morte. Essas estruturas determinam igualmente as práticas de socialização que levam os indivíduos a aceitarem ou a infligirem sofrimentos, a outros, de acordo com o papel que desempenham.” (MINAYO e SOUZA. 1998. p. 517).

A desigualdade social em nosso país é uma das maiores do mundo. Para além da exclusão social, ela marca o cotidiano dos jovens que podem ver, nas práticas de risco, uma oportunidade para se sentirem incluídos no único mundo apresentado como desejável, ou seja, aquele dos prazeres sem limite. Tais práticas, por outro lado, remetem-nos, inevitavelmente, ainda mais à permanência à margem da sociedade.

Nessa perspectiva, é possível compreender que não se pode reduzir a violência ao crime e à delinquência, nem designar um substrato individual para sua existência, pois o fenômeno da violência é um produto da história (Engels, 1976). Deve-se, em sua análise, levar em conta as relações socioeconômicas, políticas e culturais específicas, cabendo diferenciá-la no tempo e no espaço. Sendo assim, toda violência social tem caráter revelador de estruturas de dominação e surge como expressão de contradições entre os que querem manter privilégios e os que se rebelam contra a opressão (MINAYO e SOUZA, 1998).

Os elementos da violência estrutural são a ausência de infraestrutura e planejamento urbano dos bairros periféricos onde às vezes o Estado só se faz presente nas ações policiais; péssimas escolas com baixa qualidade de ensino, o que por si só impede a mobilidade social; hospitais e postos de saúde sem médicos, leitos e remédios; oferecimento insuficiente de defensoria pública, etc.

Esta forma de violência é na verdade o protótipo de todas as outras configurações da violência e, justamente por ser exercida nas ações diárias de instituições consagradas por sua tradição e poder, na maioria das vezes não é contestada. O senso comum nem chega a compreendê-la como uma manifestação de violência, mas sim como pura e simples incompetência de governantes e responsáveis (NETO e MOREIRA, 1999). Numa sociedade de democracia aparente, que é o lugar da violência estrutural, subsiste a promessa de igualdade no acesso aos direitos (MINAYO, 1994). Em determinados momentos, certos interesses das classes exploradas são satisfeitos com a intenção de fazê-las crer que estão atingindo seus direitos e de arrefecer seus ânimos exaltados. Dessa forma, mantém-se a alienação dos indivíduos frente às violências a que são diariamente e estruturalmente submetidos. Mesmo sem tal conscientização, ou exatamente por isto, os sujeitos sociais sofrem os efeitos dessa violência estrutural a partir dos mecanismos pelos quais o Estado, em seus diferentes níveis e poderes, restringe o acesso da grande maioria da população aos direitos básicos.

Especificando nosso foco, podemos citar a violência nas escolas públicas, nas relações entre os alunos, professores e direção, que aparece na mídia como se os jovens fossem “simplesmente” violentos, como se o sistema de ensino no Brasil fosse eficiente e suficiente, e não sucateado de todas as formas, seja na preservação dos espaços físicos, na remuneração dos professores, na gestão pública inoperante. Em certa medida, os professores, alunos e as famílias permanecem num estado de alienação, “indiferentes” à violência estrutural. Até que ponto a Universidade pública também não se torna participante e sujeito desta violência estrutural na medida que se encontra de certa forma distante do ensino médio? Como entender a presença da violência nos contextos educacionais? De que forma e modos ela se faz presente nas relações entre docentes e discentes?

Violência Simbólica

Os autores, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron formularam a “Teoria da Reprodução” e construíram o conceito de violência simbólica. Para eles, toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição de um poder arbitrário. Existe a violência da educação, pois toda ação pedagógica é uma forma de violência simbólica, que reproduz a cultura vigente e dominante, com suas significações e convenções, impondo um modelo de socialização que favorece a reprodução da estrutura das relações de poder e é legitimada pela sociedade. (BOURDIEU, 1992).

A raiz da violência simbólica estaria deste modo presente nos símbolos e signos culturais, particularmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certas pessoas e grupos de pessoas. Desta forma, a violência simbólica nem sempre é percebida como violência, mas muitas vezes como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que “naturalmente” se exerce de um para outro (BOURDIEU, 1992). Como exemplo, podemos citar a atitude professoral, a qual pressupõe o uso legitimado de estratégias punitivas em relação aos alunos (como reprovações, formas indiretas de exclusões e castigos), quando não se enquadram nos moldes sociais da instituição escolar.

A Universidade contemporânea, no Brasil, é concebida como a instituição que oferece igualdade de oportunidades a todos os indivíduos que por ela passam. No entanto, os universitários competem em condições desiguais de acesso às posições superiores da hierarquia social, mesmo com as ações de políticas como o PROUNE, das Cotas e dos Programas de Ações Afirmativas.

A ideia de que a universidade seja o lugar promotor das oportunidades de sucesso intelectual e, portanto, material, pode ser compreendida através da tese da meritocracia escolar. Os estudantes, uma vez inseridos na educação formal e expostos, em condição de equidade, aos ensinamentos acadêmicos, teriam seu desempenho educacional devido ao merecimento individual de cada um. Nesse sentido, as estruturas de ensino comporiam um sistema imparcial, difusor de um conhecimento lógico, objetivo e transmitido de forma igualitária a todo o corpo discente, cabendo a cada estudante zelar pelo seu desenvolvimento intelectual.

Assim a universidade é tida como neutra, racional e distribuidora de oportunidades de ascensão social. A ela é atribuída a função de minimizar os “abismos sociais” das distâncias entre as classes econômicas, além de contribuir para a superação do atraso econômico, do autoritarismo e de manipulações ideológicas. O triunfo escolar é alardeado como chance de ascensão, sobretudo para as camadas populares. Moderna, meritocrática e de acesso democratizado, a instituição de ensino universitário seria o ambiente onde os privilégios inscritos das sociedades tradicionais são rompidos e a emancipação de segmentos subalternos se mostra possível, conforme atestam os argumentos do tipo “só a educação vai salvar este país!” e “se você quer um emprego melhor, vá para a faculdade”.

As instituições de ensino potencializam desníveis sociais entre os discentes de origens distintas, porque o conhecimento, embora transmitido e avaliado de forma homogênea, tende a encontrar assimilações diferenciadas entre os alunos, conforme as posições que suas famílias ocupam na estrutura social. Desse modo, a questão sobre a qual Bourdieu (1992) se debruça é: como seria possível esse desempenho diferenciado, a despeito das formas padronizadas de ensino e da avaliação por que passam os estudantes? Através de pesquisa quantitativa conduzida com estudantes do sistema de ensino francês na década de 60, conjugada a uma ampla documentação qualitativa, o autor descobre que o malogro escolar está mais fortemente associado aos segmentos populares do que às camadas médias, por exemplo. Há uma correlação entre desigualdades sociais e desigualdades escolares, isto é, as posições mais privilegiadas do sistema de ensino (e os postos de trabalho mais bem remunerados e de maior status) tendem a ser ocupadas por indivíduos pertencentes a classes sociais proeminentes em capital cultural e econômico, ao passo que a tendência ao fracasso social é associada às classes dominadas.

A situação da França, nos anos 60, não difere muito da contemporaneidade brasileira. Conforme notícia publicada em setembro de 2012 no INFOENEM, verifica-se que após a aprovação do Senado e sanção da Presidente Dilma Rousseff da lei que destina 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas que ingressem nas universidades e institutos federais, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Políticas de Promoção

da Igualdade Racial (Seppir) promulgaram um pacote de medidas para assegurar a permanência dos cotistas nestas instituições.

O objetivo desse pacote de medida foi oferecer aos estudantes cotistas benefícios como o pagamento de bolsas e auxílios especiais, pois muitos têm dificuldades de se sustentar na Universidade, seja por necessidade de trabalhar, dificuldade de deslocamento, moradia, alimentação ou falta de recursos para comprar livros e instrumentos necessários para o curso. Os valores definidos atualmente para a bolsa auxílio 400 reais e os alunos cotistas receberam R\$ 110 para auxiliar na aquisição de material didático.

Segundo notícia publicada no Portal do Enem (2012), podemos verificar que são inúmeras as dificuldades dos universitários cotistas na vida acadêmica e o governo federal necessita elaborar estudos oficiais para monitorar a situação dos mesmos. Podemos perceber o quanto é complexa a ideia democrática das Cotas como reparação social para as classes desfavorecidas economicamente e culturalmente. Pois o governo federal ao se colocar como agente promotor de igualdade social, não formulou estudos de acompanhamento nacional sobre a real situação dos ingressos cotista e seus impasses de permanência nas Universidades Federais e Privadas. Além disso, tem um precário acompanhamento destes cotistas no ingresso no mundo do trabalho, podendo, desta forma, causar a impressão de que simplesmente cursar uma graduação eliminará ou reduzirá a diferença entre as classes sociais no Brasil.

Mais recentemente, depois de dez anos que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) passou a garantir uma parcela das vagas para estudantes afrodescendentes e de baixa renda em seu vestibular, cotistas matriculados na instituição relatam dificuldades para manter os estudos diante da bolsa-auxílio para variados custos e transporte que é paga. De acordo com alunos ouvidos pelo site Terra, o valor de R\$ 400, que foi reajustado recentemente, ainda é baixo e insuficiente para garantir a manutenção na universidade, sem que se tenha que recorrer a outra fonte de renda. Mesmo assim, a estudante de Ciências Sociais, Ester da Silveira, ressalta que não teria como estudar sem o auxílio financeiro dado pela Uerj. Antes de ingressar em 2011 pelo sistema de cotas, ela tentou chegar à universidade em 2006, mas não foi bem sucedida. (Notícia do Terra, maio de 2013).

Será que a bolsa-auxílio e o auxílio para aquisição de material didático resolvem todas as dificuldades de ingresso e permanência na Universidade? As diferenças culturais e sociais ficam reduzidas significativamente em consequência dos auxílios financeiros? Por que temos uma evasão universitária tão significativa?

Num contexto social no qual os indivíduos são hierarquicamente dispostos por classes sociais, à consolidação de um arbitrário cultural como a cultura legítima (difundida e certificada pela escola) corresponde à cultura da classe dominante. A cultura tornada “oficial” é a cultura sustentada pelos segmentos superiores. Propõe Bourdieu (1992) que a cultura escolar, socialmente legitimada por processos sutis de imposição simbólica, é a cultura determinada como legítima pelas classes dominantes e instituições, portanto, uma violência simbólica, quase invisível aos discentes e docentes.

Não podemos deixar de pensar que violência simbólica tem efeitos psicológicos nos sujeitos, sejam nos discentes e docentes. De que forma poderemos enfrentar a violência presente no sistema universitário?

A violência na perspectiva da Psicanálise

O bebê humano, ao nascer, é completamente vulnerável e dependente. Na argumentação do desamparo humano, Freud (1930) fundamenta a ideia de que o sujeito necessita criar a ilusão de alcançar a comunhão com o cosmos, inscrita na sensação do “sentimento oceânico”, para tentar evitar, assim a experiência de desamparo, uma espécie de busca da segurança paterna imaginária. Esta análise indica a impossibilidade da harmonia entre os interesses do sujeito e os da sociedade, o que fundamenta o desamparo como condição de existência. Assim, o sujeito humano vai evitando “as três fontes de que nosso sofrimento provém: o poder superior da natureza, a fragilidade de nossos próprios corpos e a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade” (FREUD, 1930, p.105).

Driblar e superar a natureza, suportar os limites do corpo e conviver em sociedade, se submeter as suas regras, que cerceiam os desejos, tolerar a presença do outro, que diverge de seus interesses, dividir espaço, são questões diárias a serem manejadas no universo psíquico através do princípio do prazer (5) e o princípio da realidade (5). Freud (1915) demonstra que o homem sem a ação da civilização é pulsionalmente agressivo, em razão de seus desejos inconscientes. Ou seja, as maiores dificuldades dos seres humanos situam-se na mediação das relações com o outro.

Assim, é através das relações sociais mediadas pela violência, expressas nos índices atuais dos acidentes de trânsito, das mortes violentas, dos crimes, que esse desamparo é legitimado pelas instituições públicas e privadas, inclusive as de educação, e pelo Estado, tornando-se tão expressivo na contemporaneidade. Portanto, os sujeitos encontram-se, de certa forma, à própria sorte, sendo a pobreza e todas as formas de exclusão (da moradia, da terra, do emprego e do mundo digital, etc) basicamente os principais determinantes da existência contemporânea.

Em sua configuração atual, a sociedade permite, e até mesmo promove, o acontecimento de uma certa falência das utopias e uma morte dos ideais. Transportando a ideia de desilusão de Freud (1915) para uma análise da sociedade contemporânea, podemos considerar que a deflagração de uma crise social, caracterizada pela magnitude das manifestações da violência estrutural e pela inversão de valores, que consiste na priorização exacerbada das satisfações individuais em detrimento das coletivas, provoca a desilusão atual.

Consideramos, a partir da afirmação de Freud (1930), que cada pessoa precisa aprender a própria maneira de lidar com o desamparo intrínseco ao humano, que os sujeitos têm possibilidades de reação a esta condição. Porém, levando em consideração a presença da

violência estrutural e os seus efeitos na vida dos sujeitos, a possibilidade de escolha ou até mesmo da existência de alternativas para o enfrentamento de tal situação é cruelmente restrita.

Freud, em 1930, já anuncia a crítica ao hedonismo que florescia naquela época. Este hedonismo dominou o pós-guerra, esvaziando o sofrimento humano de qualquer sentido. Assim, anunciava a estratégia atual de fabricação do “sujeito feliz”, transformando o que lhe faz sofrer em objeto descartável. Desse modo, a falta de sentido no sofrimento faz com o mesmo seja visto como peça estranha a ser extirpada (VERAS, 2013).

Tomemos, como exemplo, o rapaz que invadiu a escola municipal Tasso da Silveira, em Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro. Segundo informação da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio, que foram 12 crianças, 10 meninas e dois meninos, que morreram no ataque à escola. Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, atirou contra alunos em sala de aula, foi atingido por um policial e, segundo a polícia, suicidou-se em seguida. (GLOBO NOTÍCIAS, 10.04.2011). O atirador disparou várias vezes contra os alunos de uma sala de aula de oitava série, com 40 alunos, no primeiro andar. Mais de 400 jovens estudam no local, em 14 turmas do 4º ao 9º ano. (UOL NOTÍCIAS, 07.04.2011).

A invasão desta escola municipal no Rio de Janeiro por um atirador fez internautas brasileiros compararem a tragédia com o "massacre de Columbine", nos EUA, em 1999. Na época, dois estudantes de uma escola no Colorado atiraram contra professores e alunos do Instituto Columbine e provocaram a morte de 13 pessoas. Na ação em Columbine, os estudantes Eric Harris, 18, e Dylan Klebold, 17, mataram 12 estudantes e um professor antes de cometerem suicídio.

Segundo a investigação do caso, o ódio e o desprezo pelos companheiros foram apontados como uma das possíveis causas que levou dois estudantes a executar, há sete anos, o maior massacre numa escola na história dos Estados Unidos. A nação em prantos chocou-se com a falta de sentido da ação dos dois jovens, mas foi incapaz de reconhecer sua cumplicidade no crime. (VERAS, 2013)

Assim, podemos nos perguntar como é possível uma sociedade, que vive permanentemente se armando (seja com armas, vigilantes e câmeras de segurança) para uma possível abordagem de ataque ou assalto ficar tão espantada com a chacina de colegiais promovida tanto pelo jovem brasileiro como pelos dois adolescentes americanos? A impossibilidade e a perplexidade das sociedades em reconhecer as motivações que estão em destaque no contexto social violento sugerem o sintoma dessa cultura. O individualismo decorrente do hedonismo moderno marca a cultura regida pelo universo do consumo, trazendo a dificuldade moderna em separar a fronteira entre o individualismo e a autonomia, preconizando a maximização da felicidade mediante a minimização do sofrimento.

A falta de referência, de transmissão de valores, leva o sujeito a ter que inventar suas próprias soluções. A possibilidade de encontro com o outro se dá, paradoxalmente, pelo ato de ruptura, pela violência, que constituem o modo pelo qual o sujeito tenta salvar sua singularidade (Mezêncio, 2009).

Desta maneira, percebemos na atualidade o lugar dominante do objeto, que se impõe aos sujeitos desorientados, todos consumidores, reais ou virtuais, e usuários potenciais do mesmo. Isso indica a predominância do gozo pulsional (6), individualista, sobre os ideais da civilização, um declínio do ideal e um imperativo de gozo que se traduz por um estilo de vida dominado pelo desinteresse acentuado por seus contemporâneos.

O declínio do pai na contemporaneidade tem como consequência a diluição da lei e dos ideais morais. A queda do outro paterno aponta para uma fusão, para uma ausência de intervalo entre o sujeito da contemporaneidade e os objetos que lhe são oferecidos pela ciência. Eles estão à disposição para seu puro gozo, sem que seja necessário passar pelo desejo, como se não houvesse defasagem entre o buscado e o encontrado. Aqui fica foracluída a questão de que é, justamente, a recusa da demanda que produz insatisfação, então transformada em desejo.

A quebra da hegemonia da regulação do gozo via função paterna levaria hoje à pretensão de eliminar tudo que se liga à falta, que, não podemos esquecer, sempre foi uma promessa do capitalismo e da ciência. Aliás, o discurso capitalista incrementa o desregramento das pulsões pela oferta compulsiva de objetos, criando necessidades e ofertando-se para tamponá-las (Lacan, 1988). Desta forma, o sujeito tem a sensação de que se pode viver sem falta, como se pudéssemos ter tudo na vida, sem faltas, sem frustrações, adiamentos, etc.

Assim, a resposta violenta, diretamente sobre o outro, é a possibilidade de responder ao imperativo “goza” diante da impossibilidade de tudo ter. Portanto, cada ato violento, expresso em reações, palavras ou omissões, nas relações entre discentes, docentes e a instituição universitária, na contemporaneidade corresponde diretamente ao imperativo de gozo, que não mais é mediado pelo outro por uma relação simbólica.

Considerações finais

A violência é estrutural para Freud. Conforme sua metapsicologia, é uma manifestação da pulsão de morte, seja como retorno ao inanimado ou como pulsão de destruição, consequentemente inerente ao sujeito e presente desde a origem da vida. Ao mesmo tempo, a violência é vivida como sintoma de um tempo em que a queda dos ideais e o estabelecimento de um modo de vida voltado para o consumo e o gozo de bens geram efeitos de segregação sem precedentes.

A resposta violenta nas relações entre discentes, docentes e instituição de ensino faz parte deste mundo contemporâneo, pois toda vez que o sujeito se percebe barrado no seu imperativo de gozo, sem o reconhecimento da existência do outro, reage desta forma, como nos casos citados anteriormente. Nas escolas públicas de ensino médio, por exemplo, o Conselho Tutelar tenta mediar à relação entre a escola pública, professores e estudantes. Geralmente o resultado é insatisfatório. Ninguém está satisfeito com tal mediação e os problemas da violência permanecem.

No ensino público superior, temos as políticas afirmativas, as cotas, as residências universitárias, os restaurantes universitários e outros programas de apoio financeiro e inclusão. Serão estes programas suficientes para mediar estas relações? Ou seja, para minimizar as segregações que geram mais respostas violentas?

Na atualidade, será que o docente se percebe como agente também da violência estrutural e psicológica sofrida pelos universitários? Uma vez ele representa o sistema de ensino público, ele é agente participante da manutenção da política instituída. Em que medida o docente percebe que pode perpetuar o ciclo da violência? Quais são as possíveis soluções para isso?

Diante de tais questões, a psicanálise propõe uma outra forma de articulação. Através do que faz laço social e da forma como o sujeito se posiciona na vida, podemos antecipar uma resposta às diversas formas de segregação que impõem numa sociedade de consumo, na qual as ações de inclusão mascaram o mal-estar.

Laurent (2007) nos alerta que o sujeito contemporâneo gostaria de se isentar de seus deveres para obter sempre mais direitos, especialmente direitos ao gozo. A lógica de que todos somos iguais e, portanto, todos temos direitos iguais desconsidera as falhas do sistema e subjetividade do sujeito humano, fazendo com que cada um busque culpabilizar o outro. A Universidade nem cumpre seu papel, alguns docentes não se implicam com a aprendizagem dos alunos, os discentes nem sempre estudam e fazem adequadamente os seus trabalhos, e todos seguem culpabilizando uns aos outros.

Acreditamos que a responsabilização e a não vitimização é a contribuição da psicanálise para a orientação da elaboração de políticas públicas que possam fazer valer o direito do cidadão e a dimensão da sua responsabilização. Ou seja, oferecer alternativas na solicitação de seus direitos, direcionadas à sua subjetividade, e, ao mesmo tempo, possibilitar que este escolha as alternativas entendendo que estas escolhas passam a ser responsabilidade dele, assim como as suas consequências. Esta tarefa é nada fácil, num tempo em que o direito do cidadão prevalece como sustentação do imperativo de gozo: você merece, você tem direito...não importa como....

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. O campus universitário como campo (de pesquisa). IN: Observatório da vida estudantil: estudos sobre a vida e culturas universitárias. Georgina dos Santos; Sonia Maria Rocha Sampaio (Org.). Salvador: Edufba, 2012.

BOURDDIEU, P. O Poder Simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CORREIA NAGÔ. Jovem é agredido pelo professor na Escola de Teatro da UFBA. 16 de março de 2001. Disponível em: <http://correionago.ning.com/page/o-correio-nago>

COSTA, J. F. Violência e psicanálise. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1976.

FOLHA DE S. PAULO. Estudante de enfermagem ataca violentamente a professora. Caderno Cotidiano, novembro, 2011. Disponível em: <http://www.publicidade.folha.com.br/web/fspCadernoCotidiano.jsp>

FREUD, S. (1915). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v.XXI, 1972.

_____. (1930). O Mal estar na civilização. In Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v.XXI, 1972.

GI.COM.BR. <http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/policia-divulga-nome-e-idade-de-oito-vitimas-do-tiroteio-em-escola-do-rio.html>

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

INFOENEM. Governo lança um pacote de medidas para cotistas. Portal do Enem. Setembro de 2012. Disponível em: <http://www.infoenem.com.br>

LACAN, J. O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

LAURENT, E. Dois aspectos da torção entre sintoma e instituição. In: Pertinências da psicanálise aplicada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG/ArtMed, 1999.

MEZÊNCIO, M. A questão da violência e o papel das políticas públicas. In: Coringa. Belo Horizonte: Escola brasileira de Psicanálise- Seção Minas, n.28, junho de 2009.

MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cadernos de Saúde Pública, n. 10, pp. 7-18, suplemento 1, 1994.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo de interdisciplinar de ação coletiva. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, IV (3), pp. 513-531, fev. 1998.

NETO, O. C. e MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. Ciência e saúde coletiva. V. 4, n. 1, pp. 33-52, 1999.

NOTÍCIAS TERRA. <http://noticias.terra.com.br/educacao/rj-10-anos-apos-cotas-alunos-pedem-mais-ajudafinanceira,b69278967fb5e310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Maio, 2013.

SANTOS, BOAVENTURA de S., “The University at a Crossroads”, Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge, X, Issue 1, Winter 2012, 7-16.

_____ A Universidade do século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Educação, Sociedade e Culturas, n. 23, 2005.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

UOL NOTÍCIA. Ataque em Realego. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2011/04/07/homem-invade-escola-publica-e-dispara-contra-alunos-no-rio-de-janeiro.htm>.

VERAS, MARCELO. Alteridades lacanianas, a violência entre o outro e o objeto. IN: MACHADO, Ondina M. R; DEREZENSKY, Ernesto. (Org.) A violência social: sintoma social da época. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2013.

¹Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade - UFBA, Estudante Participante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade – SAVIS; Mestre em Família na Sociedade Contemporânea-UCASL, Docente e Coordenadora de Estágio do Curso de Psicologia da Faculdade do Santíssimo, Alagoinhas-Ba, Coordenadora do Serviço de Psicologia e da Equipe Multidisciplinar do Juizado Especial Criminal do Largo do Tanque em Salvador, email: crisgoulart99@gmail.com

²Doutorado em Saúde Pública – ISC/UFBA, Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade – SAVIS, Professora Permanente do Mestrado Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade - UFBA, email: therezacoelho@gmail.com

³Doutorado em Filosofia da Psicanálise (UNICAMP), Professor Adjunto do CAHL/UFRB, Atua nos grupos de Pesquisa SEMASOMa e Psicanálise, Subjetividade e Cultura (líder) (CCS/UFRB), e-mail: suely.aires7@gmail.com

4. Violência universitária e a denominação que estarei utilizando para falar violência que ocorre entre discente e docentes no âmbito universitário, para diferenciar da violência na escola.

5. Princípio do prazer e Princípio da realidade. Par de expressões introduzido por Freud em 1911, a fim de designar os dois princípios que regem o funcionamento psíquico. O primeiro tem por objetivo proporcionar prazer e evitar o desprazer, sem entraves e sem limites, e o segundo modifica o primeiro, impondo-lhe as restrições necessárias à adaptação à realidade externa. (ROUDINESCO, E. Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.)

6. Gozo pulsional. Inicialmente ligado ao prazer sexual, o conceito de gozo implica a ideia de uma transgressão da lei: desafio, submissão ou ironia. Assim há uma distinção essencial entre o prazer e o gozo, residindo esta na tentativa permanente (pulsional) de ultrapassar os limites do princípio do prazer.